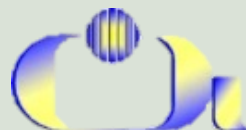


**FORMAÇÃO DE  
NUTRICIONISTAS  
PARA A AQUISIÇÃO DE  
PRODUTOS ORGÂNICOS E  
AGROECOLÓGICOS  
PARA A ALIMENTAÇÃO  
ESCOLAR**

---



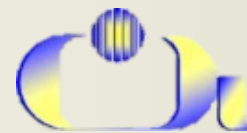
# Módulo 3: Agroecologia, produção orgânica de alimentos e resgate dos alimentos da sociobiodiversidade.



**Natal João Magnantti**


Engenheiro Agrônomo

Doutorando do Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas



# EIXO 3



-  Debate centrado em torno **da agroecologia**, da **produção orgânica** de alimentos e do resgate da **sociobiodiversidade**, apresentando tais modelos de produção, seus **benefícios e potencial para reverter/minimizar os impactos deletérios** abordados no segundo eixo e ainda, contemplando os processos de **certificação agroecológica ou orgânica**

# SUMÁRIO



- 🌱 **Conceitos de Agroecologia e produção orgânica de alimentos**
- 🌱 **Sociobiodiversidade**
- 🌱 **Benefícios e potencial destes modos de produção para reverter/minimizar os impactos deletérios do modo de produção convencional**
- 🌱 **Tipos de certificação**

# Conceito de Agroecologia



“**Agroecologia** corresponde ao campo de conhecimentos que proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis, assim como do modelo convencional de desenvolvimento a processos de desenvolvimento rural sustentável”.

(Caporal e Costabeber, 2002)

# “Campo Agroecológico”



## - Objetivos:

- Alternativa ao modelo da revolução verde: ambiental/técnica, econômica, sócio-cultural, política; (soberania e segurança alimentar).
- Referencial teórico, metodológico, político para outros formatos de desenvolvimento rural.



# 1.1 Conceito de agricultura orgânica



**Lei da Agricultura Orgânica (10.831 / 2003;  
Art. 1º;§ 2º)**

O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei.



## 2. Sociobiodiversidade



- ❧ **Sociobiodiversidade:** Conceito que expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais.
- ❧ **Sociobiodiversidade (IPÊ):** consiste em um conceito que envolve a relação entre a diversidade biológica, os sistemas agrícolas tradicionais (agrobiodiversidade) e o uso e manejo destes recursos vinculados ao conhecimento e cultura das populações tradicionais e agricultores familiares.



## 2. Sociobiodiversidade



- 🌿 **Produtos da Sociobiodiversidade:** Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.



# PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE



Grupo de Coordenação

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS

Julho de 2009

# Objetivo Geral - Plano Nacional da Sociobiodiversidade



- Desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.






- Decreto N º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**

Objetivo geral - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)

Promover o **desenvolvimento sustentável** dos Povos e Comunidades Tradicionais com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

# Eixos do Plano







-  Produção e Extrativismo Sustentável;
-  Processos Industriais;
-  Mercado Institucional e Diferenciados;
-  Organização Social e Produtiva;
-  Serviços da Sociobiodiversidade.

# O Plano Nacional de Promoção das Cadelas de Produtos da Sociobiodiversidade, está organizado em seis eixos de ação.



## ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DE MERCADOS PARA OS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Adequação do marco regulatório às especificidades dos produtos da sociobiodiversidade, priorizando as seguintes ações:

-  Reforço das ações previstas no Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos que buscam adequação do marco regulatório para a comercialização de plantas medicinais;
-  **Revisão do marco regulatório de maneira a favorecer uma maior participação dos produtos da sociobiodiversidade nas compras governamentais;**
-  Adequação das normas de rotulagem;
-  adequação das normas de transporte e escoamento.



# Ampliação do acesso aos mercados locais, regionais, nacionais e internacionais, priorizando:



- Fomento à criação de feiras locais permanentes de comercialização de produtos da sociobiodiversidade;
- Fomento à criação de centrais de comercialização com telecentro instalado para viabilizar o comércio eletrônico;
- Fomento à criação de pólos de recepção de produtos do extrativismo;
- Fomento à criação e fortalecimento de redes de comercialização de produtos da sociobiodiversidade, articulando organizações rurais e urbanas;
- Criação de um sistema integrado de informação de oferta e demanda de produtos da sociobiodiversidade;
- Ampliação do número de produtos da sociobiodiversidade contemplados na PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos;
- Ampliação dos recursos do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar para a compra de produtos da sociobiodiversidade;
- **Ampliação da participação dos produtos da sociobiodiversidade nas compras governamentais;**
- Investimentos em infra-estrutura e logística para armazenamento, transporte e comercialização, especialmente nas localidades de difícil acesso.

# Política de Garantia de Preço Mínimo – PGPM-Bio



- ✱ O Decreto-Lei nº 79 de 1966 instituiu normas para fixação de preços mínimos e aquisição de produtos agropecuários.
- ✱ A Lei nº 11.775, de 2008 permitiu a modalidade de Subvenção Direta que prevê ao extrativista o recebimento de um bônus caso efetue a venda de seu produto por preço inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal.
- ✱ Custos de produção em 11 Estados.
- ✱ A Conab elabora e operacionaliza os Preços Mínimos.

# Formação em Agroecologia



**A PGPM-Bio é a política de Garantia de Preços Mínimos para produtos da Sociobiodiversidade**

Ela garante o preço de mais de 15 produtos extrativistas que ajudam a conservar nosso meio ambiente. Toda vez que o extrativista vender seu produto por um preço abaixo do preço mínimo, a Conab paga essa diferença.

**Os produtos da PGPM BIO são:**

O açaí, a andiroba, o babaçu, o baru, a borracha extrativista, o cacau extrativo, a castanha-do-brasil, a carnaúba, a juçara, a macaúba, a mangaba, o pequi, a piaçava, o pinhão e o umbu. Mas já já outros produtos vão fazer parte dessa lista também!

## TOTAL POR ANO

Ano	Valor(R\$)	Quant.(kg)	Nº Extrativistas
2009	1.068.421	944.835	3.508
2010	2.756.408	3.368.275	16.365
2011	1.895.091	2.663.635	5.753
2012	4.896.427	10.240.867	10.944
2013	5.487.480	9.891.881	12.495
2014	2.933.954	1.746.296	7.095
2015	2.958.841	1.615.551	4.434
<b>Total</b>	<b>21.996.621</b>	<b>30.471.340</b>	<b>60.594</b>

### **3. Benefícios e potencial destes modos de produção para reverter/minimizar os impactos deletérios do modo de produção convencional**






- Respeito ao ciclo das estações do ano e às características da região;
- Solo tratado como um organismo vivo(solo sadio, planta sadia, pessoa sadia);
- Proteção e diversificação da fauna e da flora;
- Colheita de vegetais na época de maturação, sem processos de indução artificial;
- Rotação e consorciação de culturas, para minimizar doenças e pragas;
- Uso de adubos orgânicos e reciclagem de materiais na propriedade;
- Tratamentos naturais contra pragas e doenças dos vegetais;
- Plantas invasoras (mato) manejadas sem herbicidas;
- Bem-estar dos animais com acesso a pastagens em piquetes abertos;
- Alimentação orgânica e uso de práticas terapêuticas para os animais



# **Benefícios e potencial destes modos de produção**



-  **Saúde – menor risco de contaminação**
-  **Meio ambiente preservado**
-  **Melhor sabor e maior durabilidade**






# O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica









**CERTIFICAÇÃO:** Organismo de 3ª. Parte

-  Instrução Normativa numero 19
-  INMETRO: acreditação; MAPA: credenciamento
-  Pode utilizar o selo do SisOrg

**SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA:** Redes Sociais

-  Instrução Normativa numero 19
-  Pode utilizar o selo do SisOrg

**VENDA DIRETA (OCS):**

-  Instrução Normativa numero 19
-  Não pode utilizar o selo do SisOrg

# A Legislação Brasileira



- 🌿 Instrução Normativa 16, de 11 de junho de 2004
- 🌿 Lei nº 10.831, de 23 de dez. 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de dez. 2003, Seção 1, p. 8
- 🌿 Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de dez. 2007, Seção 1, p. 2 - 8

# A Legislação Brasileira



- 🌱 Instrução Normativa nº 54, de 22 de out. 2008. Regulamenta a Estrutura, Composição e Atribuições das Comissões da Produção Orgânica. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de out. de 2008, Seção 1, p. 36 - 37.
- 🌱 Portaria nº 1.226, de 18 de dezembro de 2008.
- 🌱 Instrução Normativa nº 64, de 18 de dez. 2008. Aprova o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dez. de 2008, Seção 1, p. 21 - 26.



# A Legislação Brasileira



- 🌱 Instrução Normativa Conjunta nº 17, de 28 de maio de 2009. Aprova as normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico. Diário Oficial da União, Brasília, 29 de maio. de 2009, Seção 1, p.14-15.
- 🌱 Instrução Normativa Conjunta nº 18 de 28 de maio de 2009. regulamento técnico para o processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos, na forma dos anexos à presente instrução normativa conjunta.
- 🌱 Instrução normativa nº 19, de 28 de maio 2009. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. diário oficial da união, Brasília, 29 de maio de 2009, seção 1, p. 16-26



- 🌿 Decreto nº 6.913, de 23 de jul. 2009. Acresce dispositivos ao Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre o registro de produtos fitossanitários com o uso aprovado para a agricultura orgânica. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de jul. 2009, Seção 1, p. 8 – 9.
- 🌿 Instrução normativa nº 50 de 5 de novembro de 2009
- 🌿 Decreto nº 7.048, de 23 de dezembro de 2009

# A Legislação Brasileira

A REDE ECOVIDA  
E OS SPGs.  
Lei 10.831, 23/12/2003



**LEI Nº 10.831,  
DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003**



## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos,

# A Legislação Brasileira

A REDE ECOVIDA  
A E OS SPGs.  
Lei 10.831, 23/12/2003



**Art. 2º** Considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele in natura ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local.

**Parágrafo único.** Toda pessoa, física ou jurídica, responsável pela geração de produto definido no caput deste artigo é considerada como produtor para efeito desta Lei.

**Art. 3º** Para sua comercialização, os produtos orgânicos de verão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento.



# A Legislação Brasileira

A REDE ECOVIDA  
A E OS SPGs.  
Lei 10.831, 23/12/2003



§ 1º No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento.

§ 2º A certificação da produção orgânica de que trata o caput deste artigo, enfocando sistemas, critérios e circunstâncias de sua aplicação, será matéria de regulamentação desta Lei, considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no País.

# A Legislação Brasileira

A REDE ECOVIDA  
A E OS SPGs.  
Lei 10.831, 23/12/2003



**Art. 4º** A responsabilidade pela qualidade relativa às características regulamentadas para produtos orgânicos caberá aos produtores, distribuidores, comerciantes e entidades certificadoras, segundo o nível de participação de cada um.

**Parágrafo único.** A qualidade de que trata o caput deste artigo não exime os agentes dessa cadeia produtiva do cumprimento q de demais normas e regulamentos que estabeleçam outras medidas F relativas à qualidade de produtos e processos.

**Art. 5º** Os procedimentos relativos à fiscalização da produção, circulação, armazenamento, comercialização e certificação de produtos orgânicos nacionais e estrangeiros, serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo.



## DECRETO Nº 6.323, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007.



## DECRETO Nº 6.323, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007.

Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, DECRETA:

**Art. 1º** - As atividades pertinentes ao desenvolvimento da agricultura orgânica, definidas pela Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003,

# A Legislação Brasileira

A REDE ECOVIDA  
E OS SPGs.  
Lei 6.323, 27/12/2007



Ficam disciplinadas por este Decreto, sem prejuízo do cumprimento das demais normas que estabeleçam outras medidas relativas à qualidade dos produtos e processos.

## TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

### CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES

**Art. 2º** - Para os fins deste Decreto, considera-se:

**I - acreditação:** procedimento realizado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro)

# A Legislação Brasileira

A REDE ECOVIDA  
E OS SPGs.  
Lei 6.323, 27/12/2007



Como parte inicial do processo de credenciamento dos organismos de avaliação da conformidade, realizado pelo  
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

**II - auditoria de credenciamento:** procedimento pelo qual uma equipe oficial de auditores realiza a avaliação de uma entidade candidata ao credenciamento como organismo de avaliação da conformidade, para verificar a conformidade com a regulamentação oficial;

**III - certificação orgânica:** ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificados foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes;





**IV - credenciamento:** procedimento pelo qual o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento reconhece formalmente que um organismo de avaliação da conformidade está habilitado para realizar a avaliação de conformidade de produtos orgânicos, de acordo com a regulamentação oficial de produção orgânica e com os critérios em vigor;

**V - escopo:** segmento produtivo objeto da avaliação da conformidade orgânica, tais como produção primária animal, produção primária vegetal, extrativismo, processamento de produtos de origem animal, processamento de produtos de origem vegetal, entre outros definidos pela regulamentação oficial de produção orgânica em vigor;



**VI - extrativismo sustentável orgânico:** conjunto de práticas associadas ao manejo sustentado dos recursos naturais, com vistas ao reconhecimento da qualidade orgânica de seus produtos;

**VII - integridade orgânica:** condição de um produto em que estão preservadas todas as características inerentes a um produto orgânico;

**VIII - organização de controle social:** grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no MAPA, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade;



**XV - sistema de certificação:** conjunto de regras e procedimentos adotados por uma entidade certificadora, que, por meio de auditoria, avalia a conformidade de um produto, processo ou serviço, objetivando a sua certificação;

**XVI - Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica:** - conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa;



## CAPÍTULO II

### DO CONTROLE SOCIAL NA VENDA DIRETA SEM CERTIFICAÇÃO

**Art. 28.** - Para que possam comercializar diretamente ao consumidor, sem certificação, os agricultores familiares deverão estar vinculados a uma organização com controle social cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado.

**§ 1º** - No caso previsto no caput, os agricultores terão de garantir a rastreabilidade de seus produtos e o livre acesso dos órgãos fiscalizadores e dos consumidores aos locais de produção e processamento.



**§ 2º** - Para que possa realizar convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento objetivando atuar no controle da venda direta sem certificação, o órgão da esfera federal, estadual ou distrital deverá possuir em seus quadros servidores com poderes para atuar na fiscalização, capacitados para trabalhar com agricultura orgânica.

**§ 3º** - O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá, em ato próprio, os procedimentos para o cadastramento de que trata o caput, ouvindo os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente.



## CAPÍTULO III DO SISTEMA BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE ORGÂNICA

### Seção I Do Objetivo

**Art. 29.** - Fica instituído o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, integrado por órgãos e entidades da administração pública federal e pelos organismos de avaliação da conformidade credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**§ 1º** - Os Estados e o Distrito Federal poderão integrar o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica



# A Legislação Brasileira

A REDE ECOVIDA  
E OS SPGs.  
Lei 6.323, 27/12/2007



Mediante convênios específicos firmados com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**§ 2º** - O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica é integrado pelos Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica e pela Certificação por Auditoria.

**Art. 30.** - O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica será identificado por um selo único em todo o território nacional.

**Parágrafo único.** - Agregado ao selo, deverá haver identificação do sistema de avaliação de conformidade orgânica utilizado.

# A Legislação Brasileira

A REDE ECOVIDA  
E OS SPGs.  
Lei 6.323, 27/12/2007



**Art. 31.** - O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica será gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**Parágrafo único.** - Caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o credenciamento, o acompanhamento e a fiscalização dos organismos de avaliação da conformidade orgânica.

**Art. 32.** - O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo registro de produtos identificados como orgânicos, será responsável pela fiscalização do cumprimento das normas regulamentadas para a produção orgânica nos estabelecimentos produtores registrados.

# A Legislação Brasileira

**A REDE ECOVIDA  
E OS SPGs.  
Lei 6.323, 27/12/2007**



**§ 1º** - O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento criará meios para receber e processar as informações referentes aos registros e fiscalizações, previstos no caput, como forma de suporte de informações para o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica.

**§ 2º** - Os órgãos responsáveis pelo registro e fiscalização dos produtos previstos no caput serão os responsáveis por repassar à Coordenação de Agroecologia da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

I - informações referentes às infrações detectadas; e

II - o nome do organismo de avaliação da conformidade orgânica responsável pela garantia da qualidade do produto alvo de infração.



## Seção III

### Dos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica

**Art. 36.** - Os organismos de avaliação da conformidade deverão ser pessoas jurídicas, de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**§ 1º** - As pessoas jurídicas de direito público que se credenciem para avaliação da conformidade da produção orgânica não poderão ser também responsáveis por procedimentos de fiscalização relacionados à produção orgânica.



**§ 2º** - Os organismos de avaliação da conformidade credenciados para a certificação por auditoria não poderão desenvolver atividades relacionadas à assistência técnica nas unidades de produção.

## Seção IV

### Dos Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica

**Art. 37.** - Os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente deverão apoiar a construção de Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica.



## Subseção I

### Do Funcionamento dos Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica

**Art. 38.** - Cada Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica será - composto pelo conjunto de seus membros e por um organismo participativo de avaliação da conformidade credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**§ 1º** - São considerados membros do sistema os produtores, comercializadores, transportadores, armazenadores, consumidores, técnicos e organizações públicas ou privadas que atuam na rede de produção orgânica.



# A Legislação Brasileira

A REDE ECOVIDA  
E OS SPGs.  
Lei 6.323, 27/12/2007



**§ 2º** - Para os fins previstos no § 1º, consideram-se produtores os agricultores individuais as associações, as cooperativas, os condomínios e outras formas de organização, formais ou informais.

**§ 3º** - O organismo participativo de avaliação da conformidade, previsto no caput, terá personalidade jurídica própria, com atribuições e responsabilidades formais no Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica, consignadas em seu estatuto social.

**§ 4º** - O organismo participativo de avaliação da conformidade terá em sua estrutura, no mínimo, uma comissão de avaliação e um conselho de recursos, composto por representantes dos membros do Sistema.



**§ 5º** - No caso de o organismo participativo de avaliação da conformidade vir a ser constituído como parte de uma organização já existente, esta deverá estabelecer em seu estatuto a criação de um setor específico para a finalidade de avaliação da conformidade orgânica, com mecanismo de gestão própria.

**Art. 39.** - O organismo participativo de avaliação da conformidade manterá todos os registros que garantam a rastreabilidade dos produtos sob processo de avaliação da conformidade orgânica.



## Subseção II

### Do Credenciamento dos Organismos

#### Participativos de Avaliação da Conformidade

**Art. 40.** - O organismo participativo de avaliação da conformidade solicitará seu credenciamento como organismo de avaliação da conformidade orgânica junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, devendo cumprir as seguintes exigências:

- I - apresentar o seu estatuto social e declaração formal identificando o escopo de sua atuação;
- II - apresentar o cadastro das unidades de produção onde já atua como organismo participativo de avaliação da conformidade da produção orgânica ou declaração de inexistência de projetos sob acompanhamento; e



**III** - obter parecer da CPOrg-UF, junto à Superintendência Federal de Agricultura da unidade da Federação em que estiver sediada.

**Art. 41.** - O credenciamento deverá ser precedido de auditoria sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para verificação do cumprimento das exigências legais.

**Parágrafo único.** - Os especialistas que comporão as equipes de auditoria deverão ter experiência comprovada e formação profissional compatível com o escopo de atuação solicitado pelo organismo participativo de avaliação da conformidade.

# A Legislação Brasileira

A REDE ECOVIDA  
E OS SPGs.  
Lei 6.323, 27/12/2007



**Art. 42.** - A solicitação de credenciamento poderá ser indeferida, mediante parecer fundamentado da Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**Parágrafo único.** - Caberá recurso contra o indeferimento da solicitação de credenciamento ao Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma e nos prazos a serem fixados em portaria ministerial.

**Art. 43.** - O organismo de avaliação da conformidade orgânica credenciado poderá requerer a extensão do credenciamento para outro escopo mediante a apresentação de documentação complementar.



**Parágrafo único.** - A Comissão da Produção Orgânica na unidade da Federação responsável emitirá parecer, e a Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento definirá a necessidade de nova auditoria.

**Art. 44.** - No caso de escopo que englobe produtos de competência de outros órgãos, estes deverão participar do processo de credenciamento, na forma estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.





## INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 28 DE MAIO DE 2009



## **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 28 DE MAIO DE 2009**

**O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, no Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, e o que consta do Processo nº 21000.001629/2008-11, resolve:

**Art. 1º** Aprovar os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica dispostos no Anexo I da presente Instrução Normativa.

# A Legislação Brasileira

A REDE ECOVIDA  
E OS SPGs.  
IN 019 de 28/05/09



**Art. 2º** Aprovar os formulários oficiais, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam os Anexos II a XXIV da presente Instrução Normativa.

**Art. 3º** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

REINHOLD STEPHANES



# **PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DE CERTICADORAS, OPACs e OCS**

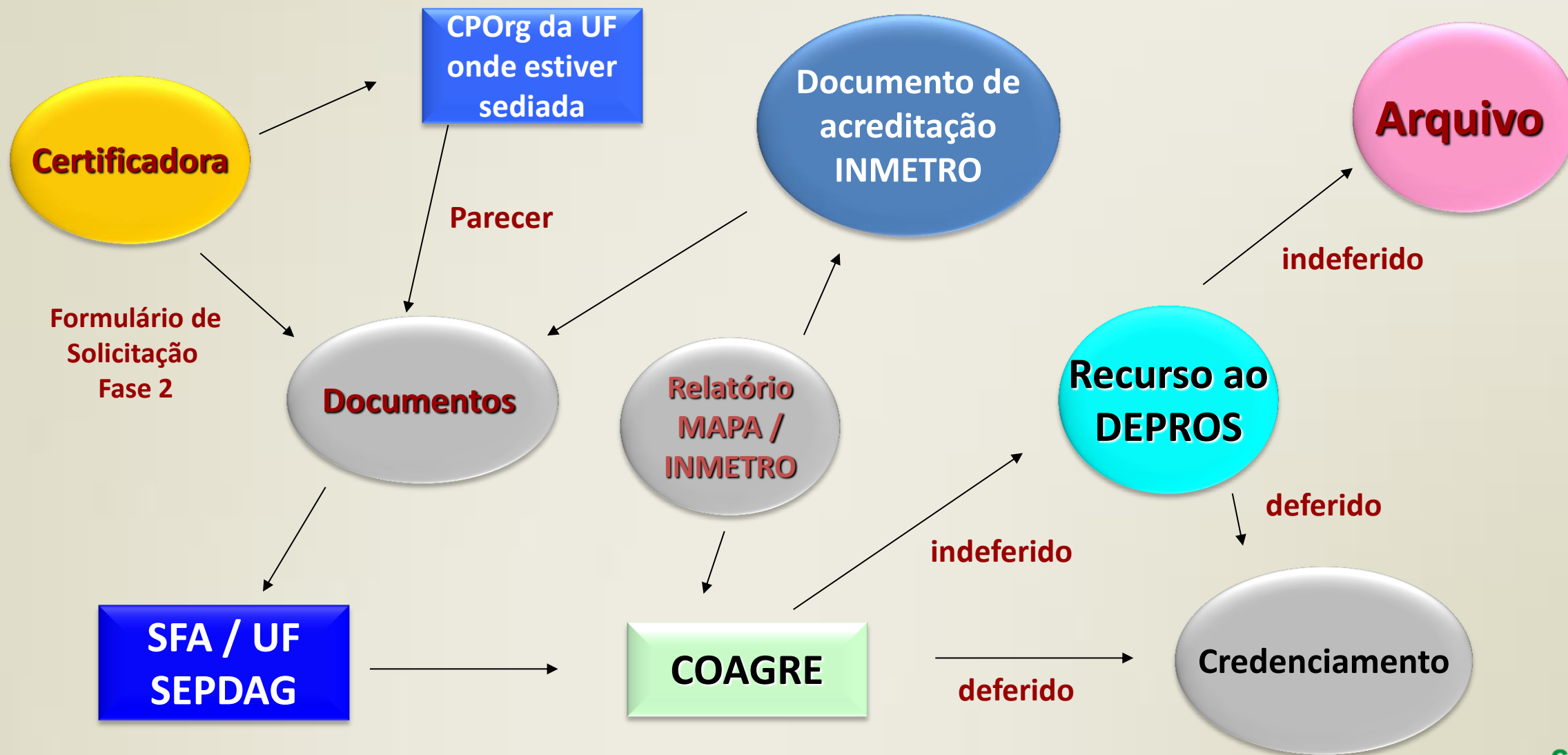
# Credenciamento de Certificadoras - Fase 1

A REDE ECOVIDA  
E OS SPGs



# Credenciamento de Certificadoras - Fase 2

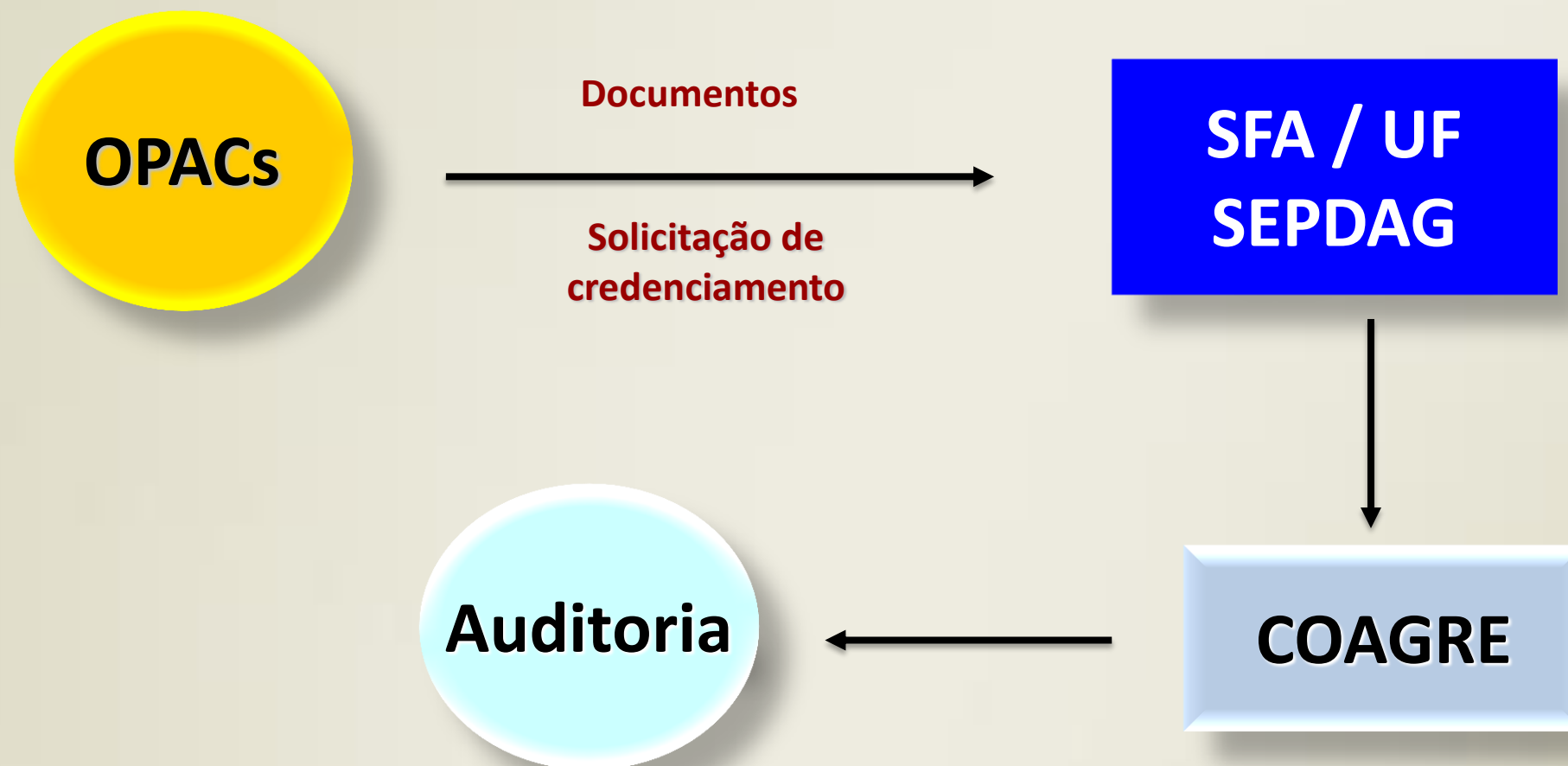
A REDE ECOVIDA  
E OS SPGs





# Credenciamento dos Organismos Participativos de Avaliação

A REDE ECOVIDA  
E OS SPGs

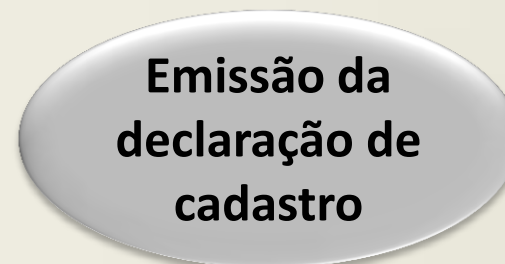
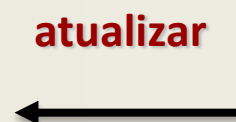
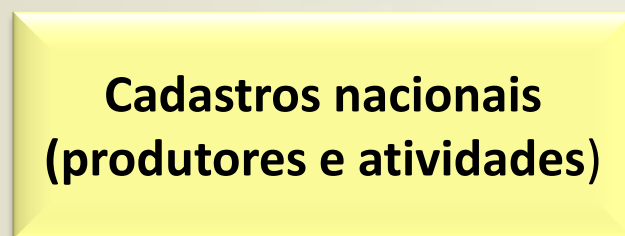
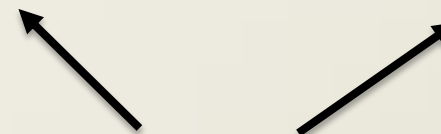


# Cadastramento de OCSs

A REDE ECOVIDA  
E OS SPGs



Servidores com poderes para fiscalização  
capacitados em produção orgânica e  
cadastrados no MAPA + Plano de Trabalho  
e cronograma de atividades





# **A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA E A ASSOCIAÇÃO ECOVIDA DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA**

# Organização e Funcionamento

A REDE ECOVIDA  
E OS SPGs





- Ter a Agroecologia como base para o desenvolvimento sustentável
- Trabalhar com agricultores/as familiares e suas organizações
- Trabalhar na construção do comércio justo e solidário
- Garantir a qualidade através de um Sistema Participativo de Garantia

# Objetivos



- 🌱 Desenvolver e multiplicar as iniciativas agroecológicas;
- 🌱 Incentivar o trabalho associativo na produção e no consumo do produto ecológico;
- 🌱 Articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas;
- 🌱 Aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores;
- 🌱 Ter uma marca-selo que expressa o processo, o compromisso e a qualidade
- 🌱 Fomentar o intercâmbio, o resgate e valorização do saber popular







### ASSOCIAÇÃO ECOVIDA - OPAC

#### Comissão de Avaliação do OPAC

(Composta pelos coordenadores das comissões de avaliação dos núcleos da Rede)

#### Conselho de Recursos

(Composto de 2 pessoas indicas pelos estados, 1 titular e 1 suplente)

#### Comissão Técnica

(Composto de 3 pessoas, um representante por Estado)

### NÚCLEOS

#### Comissão de Ética do Núcleo

(composto por dois membros por grupo, e um coordenador que assina a documentação)

#### Comitê de Verificação

(três membros da Comissão de Ética do Núcleo, que farão as visitas nos grupos)

### NÚCLEOS

#### Grupos - Conselho de Ética

Revisão de Pares e Controle social

Família

Família

Família

Família






## Documentos e Procedimentos



# A Associação Ecovida de Certificação Participativa - A OPAC da Ecovida -

## Documentos e procedimentos

-  **Estatuto da Associação - OPAC;**
-  **Regimento Interno da Associação – OPAC;**
-  **Manual de procedimentos da Associação – OPAC;**



- 1. Procedimentos Operacionais para Cadastro dos Agricultores no OPAC e no MAPA;
- 2. Regimento interno dos grupos;
- 3. Ata de adesão à Rede Ecovida;
- 4. Cadastro das unidades produtivas;
- 5. Cadastro das Agroindústrias;
- 6. Plano de manejo e conversão da unidade de produção para o sistema de produção ecológico;



- 7. Caderno de campo para controle interno da produção e qualidade do produto orgânico;
- 8. Roteiro de visita de verificação e avaliação da conformidade orgânica;
- 9. Declaração de Conformidade Orgânica;
- 10. Comunicado de uso do Selo Ecovida;
- 11. Declaração de Transação Comercial do Núcleo;



# OBRIGADO!

---

[www.cecaneesc.ufsc.br](http://www.cecaneesc.ufsc.br)

[cecaneesc@contato.ufsc.br](mailto:cecaneesc@contato.ufsc.br)

(48)3721-2784

